



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**Jorge André Henz**

**UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA  
AGÊNCIA FGTAS/SINE DE LAJEADO NO PERÍODO DE 2014 À 2015.**

**Santa Clara do Sul  
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**Jorge André Henz**

**UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA  
AGÊNCIA FGTAS/SINE DE LAJEADO NO PERÍODO DE 2014 À 2015.**

Trabalho de Conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública apresentado ao Programa de Pós-Graduação do curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito de obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Silvia Generali da Costa

Coorientadora: Cláucia Piccoli Faganello

**Santa Clara do Sul**

**2019**

## RESUMO

O propósito deste trabalho foi de analisar a efetividade dos serviços prestados pela Agência da FGTAS/Sine de Lajeado no período de 2014 à 2015. A pesquisa propôs averiguar se esses serviços são compatíveis no atendimento das necessidades do trabalhador, condicionado a percepção do benefício social do Seguro Desemprego, considerando seu perfil profissional, estabelecendo quais fatores são determinantes para obtenção de trabalho no contexto econômico instável da época. Utilizou-se como metodologia a pesquisa quantitativa descritiva utilizando a coleta de informações documentais junto a órgãos do governo, realizando uma análise desses indicadores e dados estatísticos. Além das explicações sobre o funcionamento do órgão público analisado e dos programas de proteção social oferecidos, se buscou identificar o perfil do trabalhador que utiliza os serviços da agência, bem como, as formas de incentivo para a qualificação do trabalhador e sua reinserção no exigente mercado de trabalho diante do cenário de crise, necessitando de mão-de-obra mais qualificada para as vagas de trabalho. Enfim, a presente pesquisa serviu para demonstrar os serviços oferecidos e a sua importância diante da problemática do desemprego vivido no país naquele período, visando auxiliar no entendimento dos meios de proteção social por parte da sociedade e no planejamento e implementação de melhorias nas atividades prestadas pela agência.

**Palavras-Chave:** Seguro Desemprego. Sistema Nacional de Empregos. FGTAS. Perfil do Trabalhador. Pronatec. Intermediação de Mão-de-Obra. Crise no mercado de trabalho.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Contextualização do Estudo.....	6
2.1. Temática Geral.....	6
2.2. Problema de Pesquisa.....	6
2.3. Objetivo Geral.....	6
2.4. Objetivos Específicos.....	6
2.5. Justificativa.....	7
3. Referencial Teórico.....	9
3.1 Órgão Público Estudado.....	10
3.2 Seguro Desemprego.....	12
3.3 Pronatec.....	16
3.4 Intermediação de Mão de Obra.....	18
3.5 Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	20
3.6 Sistema Mais Emprego.....	21
3.7 A crise Política-Econômica e do Mercado de trabalho.....	23
4. Metodologia.....	25
5. Apresentação e Análise dos Dados.....	26
6. Conclusão.....	52
7. Referências.....	54

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo dispôs do propósito de analisar a efetividade dos serviços prestados pela Agência da FGTAS/Sine de Lajeado no período de 2014 à 2015, averiguando se esses serviços foram compatíveis no atendimento das necessidades do trabalhador, condicionado a percepção do benefício social Seguro Desemprego, considerando seu perfil profissional, estabelecendo parâmetros/variáveis como fatores determinantes para obtenção de trabalho no contexto econômico instável passado naquela época.

Foi delineado o órgão público governamental que presta os serviços oferecidos pelos programas de proteção social disponibilizados pelo governo, e de como funcionam o Sistema Nacional de Empregos e os serviços prestados, como o encaminhamento do Seguro Desemprego, da Carteira de Trabalho e Previdência Social, do Pronatec e as ações de Intermediação de mão de obra entre empregador e trabalhador, entre outras orientações para o trabalho.

Se identificou o perfil do trabalhador que utiliza os serviços da Agência, levantando o perfil do trabalhador, os requisitos necessários para a obtenção das vagas ofertadas, abordando as dificuldades e os meios de reinserção ao mercado de trabalho, visto a crise econômica passada no país no período.

Objetivou-se explicitar sobre o funcionamento do benefício Seguro-Desemprego, argumentar sobre necessidade da mão-de-obra qualificada para vagas de trabalho e identificar as formas de incentivo para a qualificação do trabalhador, como o oferecimento de cursos pelo programa Pronatec.

Por final, foi averiguado a influência de fatores determinantes para obtenção de trabalho no contexto econômico instável passado naquela época, analisando a eficácia dos serviços prestados pela agência ao trabalhador.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO**

### **2.1 TEMÁTICA GERAL**

O tema de pesquisa tratou-se de uma análise da efetividade dos serviços prestados pela Agência da FGTAS/Sine de Lajeado no período de 2014 à 2015, condicionado a percepção do benefício social Seguro-Desemprego, considerando seu perfil profissional e verificando o processo de reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

### **2.2 PROBLEMA DE PESQUISA**

Qual a efetividade dos serviços prestados pela Agência FGTAS/Sine de Lajeado no período de 2014 à 2015?

### **2.3 OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral do trabalho foi de analisar a efetividade dos serviços prestados ao trabalhador pela Agência da FGTAS/Sine de Lajeado no período de 2014 à 2015.

### **2.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

São objetivos específicos da pesquisa:

- Descrever e analisar o funcionamento do sistema nacional de empregos e os serviços realizados pelo órgão público governamental estudado;
- Identificar o perfil do trabalhador que utiliza os serviços da Agência de Lajeado;

- Averiguar o perfil dos desempregados beneficiários do Seguro Desemprego;
- Verificar a quantidade de matrículas efetuadas e cursos ofertados pelo Pronatec;
- Identificar a quantidade e o perfil de trabalhadores recolocados no mercado de trabalho.

## **2.5 JUSTIFICATIVA**

O trabalho se justifica pelo propósito de analisar a efetividade dos serviços prestados pela Agência da FGTAS/Sine de Lajeado no período de 2014 à 2015, averiguando se esses serviços são compatíveis no atendimento das necessidades do trabalhador, demonstrando a sua importância, condicionado a percepção do benefício social Seguro-Desemprego, considerando seu perfil profissional, estabelecendo parâmetros/variáveis como fatores determinantes para obtenção de trabalho no contexto econômico instável passado naquela época.

Foi examinado o papel da agência, operadora do Sistema Nacional de Empregos – SINE, juntamente com o comportamento do mercado de trabalho na referida cidade e época, fundamentando-se em aspectos históricos e no embasamento estatístico para subsidiar a compreensão das condições.

Obteve-se informações importantes acerca do funcionamento do sistema público de auxílio ao trabalhador desempregado, identificando dados importantes inerentes aos meios oferecidos de ajudar os desempregados através de programas e serviços existentes como meios de proteção e auxílio ao trabalhador.

Também vamos argumentar sobre a falta de mão-de-obra qualificada para as vagas de trabalho, identificar as formas de incentivo de qualificação dos trabalhadores existentes, verificando a relação entre fatores como o perfil profissional e recolocação dos desempregados.

A finalidade buscada com o presente estudo será o conhecimento dos meios de proteção sociais e de auxílio ao indivíduo desempregado, que está em

busca de emprego, na recolocação no mercado de trabalho, oferecidos pelo governo como políticas públicas, diante do problema estrutural vivenciado.

Foi verificado o perfil deste trabalhador desempregado e a implicação que isto traz para sua reinserção no mercado de trabalho. Averiguado o desemprego pelo comportamento da atividade econômica e pela análise de diversos fatores inerentes ao delineamento dos desempregados, bem como, as formas de reinserção desses no mercado de trabalho, através dos serviços prestados pela agência.

A importância do objeto de estudo é devido ao fato de haver grande número de desempregados a procura de emprego e muitos encaminhamentos do benefício Seguro-Desemprego, visto que existiam várias vagas e cursos profissionalizantes em aberto, que não foram preenchidos ou aproveitados. Servirá para dar uma visão mais ampla da situação que envolve os desempregados e o sistema do governo que serve para ajudá-los, possibilitando um melhor entendimento do processo em questão.

Os resultados da pesquisa se disseminarão através de relatório do estudo, contendo os dados filtrados e analisados, a fim de proporcionarem o entendimento por parte dos gestores envolvidos e da comunidade em geral, da problemática do desemprego vivido no país, a fim de auxiliar no planejamento e estudo de melhorias a serem implementadas no futuro.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Com a finalidade de melhorar a compreensão o objeto de pesquisa, foi apresentado o problema a partir de uma abordagem teórica, visando a argumentação e a demonstração dos conhecimentos sobre o tema relacionado, com a finalidade de aprimorar os conceitos e instrumentos a serem utilizados.

A presente pesquisa visou analisar determinantes do trabalhador e do mercado de trabalho, os serviços prestados no âmbito de uma Fundação, instituição da administração indireta, condicionado ao recebimento do benefício social Seguro-Desemprego, considerando seu perfil profissional e analisando diversos fatores no contexto econômico instável da época.

Esse trabalho envolve o estudo da busca do governo pelo estado de “Bem-Estar Social” da população, o qual SANTOS (2009, pag. 36) define como sendo “a proteção social de todos os cidadãos, patrocinando ou regulando fortemente sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social; normatizando relações de trabalho e salários; e garantindo a renda, em caso de desemprego”.

Chega um momento em que os mecanismos de mercado são insuficientes para estimular o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, e a sociedade começa a buscar a intervenção do Estado como forma de corrigir as falhas de mercado e reparar as suas insuficiências, retomando os investimentos, melhorando a economia e aumentando o estado de bem-estar da população em geral.

Isso está ligado da desigualdade social, o qual, segundo o IPEA (2016), considera ser um fator que “está profundamente associada aos diferenciais de renda da população, oriundos, por sua vez, da sua heterogênea inserção no mercado de trabalho”.

Um problema característico do Brasil é a desigualdade social, onde uma parcela pequena da população é rica e a grande maioria vive na pobreza, situação oriunda da grande desigualdade de distribuição de renda. Uma solução para este problema poderia ser de proporcionar uma distribuição de renda mais equitativa, através do desenvolvimento de políticas públicas, a fim de diminuir a dissimetria entre a população.

Conforme Santos (2009), a urbanização e a falta de planejamento vem trazendo diversos problemas de ordem social, devido ao acúmulo de pessoas e a falta de infraestrutura adequada para atender a população. Os principais problemas como consequência, acontecem nas áreas do emprego, saúde, educação e criminalidade.

A geração de empregos necessários insuficientes e a falta de formação educacional e de qualificação profissional de qualidade, sendo que muitos aderem a informalidade. O baixo índice de educação e de baixa qualidade gera vários transtornos, pois parte da população não consegue obter qualificação profissional necessária exigida pelo mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Neste sentido, o Governo teve papel fundamental em subsidiar políticas públicas de proteção e de incentivo a educação, o trabalho e a renda, entre outras áreas. Para tanto, foram criados em todo país diversos postos de atendimento ao trabalhador, a partir de convênios entre o Ministério do Trabalho e Emprego e os governos estaduais, onde este poderia buscar vagas de trabalho ofertadas por diferentes empresas (Santos, 2009).

### **3.1 ÓRGÃO PÚBLICO ESTUDADO**

Foram criados pelo governo institutos, autarquias, fundações e grupos técnicos com o intuito de intervir nas relações econômicas, visando equilibrar o consumo e a produção, regular as importações e as exportações, e incentivar, criar, ampliar e remodelar a infraestrutura das indústrias do país (LIMA JÚNIOR, RSP 1998).

Com isso o Estado teve que intervir cada vez mais em todos os setores da sociedade, sendo necessário formar organizações burocráticas estatais para controlar todo esse envolvimento e controle. Foram criados meios para administrar esses processos nas áreas de pessoal, material, orçamental e estrutural (Coelho, 2014).

Através do Decreto-Lei nº 200/1967, objetivou-se a flexibilização da administração pública, utilizando métodos de controle e gestão parecidos aos das

empresas privadas, principalmente no que se referia a contratação de pessoas para administração indireta. (Dasso Júnior)

Para Bresser Pereira (2001), a desconcentração para a administração indireta, principalmente para as fundações de direito privado, dá ao Estado grande autonomia administrativa na área de serviços sociais e científicos, os quais passaram a contratar inclusive empregados celetistas.

As atividades foram transferidas, dentre outras, para as fundações, a fim de obter um maior dinamismo operacional através da descentralização funcional, incentivando princípios da racionalidade, planejamento, orçamento, descentralização, sistematização, coordenação e controle (MARE, 1995).

Essas Fundações, segundo Coelho (2009), são “pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, destinadas a realizar atividades não lucrativas e atípicas do setor público, mas com interesse coletivo.”

De acordo com o Decreto-lei nº 200/67, art. 5º, considera-se Fundação Pública:

a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes (Decreto-lei nº 200/1967, incluído pela Lei nº 7.596/1987).

Esses órgãos que integram a administração pública indireta, “estão legalmente investidos de autonomia patrimonial, financeira e administrativa em relação aos órgãos centrais do governo, aos quais se encontram formalmente vinculados (Coelho, 2009)”.

O órgão governamental estudado foi a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS, instituída pelo Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1991, nos termos da Lei nº 9.434/91 e regulamentada pelo Decreto 34.155/91.

Caracteriza-se como uma fundação pública de personalidade jurídica de direito privado com autonomia administrativa, financeira e quanto à gestão de seus bens, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.

Coordena e desenvolve um conjunto de programas e serviços direcionados à geração de emprego e renda e à inclusão social da população, além da promoção de ações de qualificação profissional para os mercados formal e informal de trabalho.

Tem a finalidade de implementar e desenvolver, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, as políticas de relações de trabalho e de promoção e assistência social. Para tanto, o governo gerencia e garante o aparato institucional para a operacionalização do Sistema através das Agências FGTAS/Sine (Decreto nº 34.322/92).

Possui, entre as suas atribuições, a administração do sistema público de emprego, que envolve atividades permanentes de informações sobre mercado de trabalho e intermediação de mão-de-obra.

As principais ações disponibilizadas pela rede de atendimento do SINE são a intermediação de mão-de-obra, o encaminhamento da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a habilitação ao Seguro-Desemprego e também ao encaminhamento para cursos de qualificação social e profissional.

Também dispõe da função de geração e análise de informações sobre mercado de trabalho, projetos de emprego e renda.

Destina-se aos trabalhadores empregados e desempregados, jovens sem experiência profissional, pessoas com deficiências (PCDs), artesãos e autônomos (Cartilha Informativa da FGTAS, 2018).

Conforme o IPEA (2016), as instituições responsáveis pelos serviços, destacando o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, deverão fortalecer e aperfeiçoar sua atuação, para compensar os problemas adicionais que o ciclo econômico traz para a intermediação laboral.

### **3.2 SEGURO-DESEMPREGO**

A necessidade de prestação de direitos públicos positivos por parte do Estado é o fundamento das políticas públicas, sendo o principal objetivo buscar e eliminar as desigualdades e incentivar o desenvolvimento econômico e social.

Segundo Bercovici (2006), o processo de formação de uma política pública “é o resultado de uma complexa e dinâmica interação de fatores econômicos, políticos e ideológicos” e o papel político central neste processo é do Estado.

Conforme Vieira, Castro e Oliveira (2013), a “participação deve ser concebida como um ato interativo entre os diversos atores sociais”, a fim de descobrir o contexto em que estão inseridos e em quais situações necessitem intervenção. Utiliza-se metodologias participativas para tornar exequível a ação das práticas, conjuntamente entre proponentes e beneficiários.

Para tanto, foi criado o Seguro-Desemprego, que para a Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, é o benefício integrante da seguridade social que tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente. Após a Constituição de 1988, o objetivo passou a ser o auxílio na manutenção e busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

O benefício tem o objetivo principal de conceder um auxílio monetário ao trabalhador a fim de repor, parcial e temporariamente, a renda que não tem durante o desemprego, garantindo a sua segurança econômica. Também ajudar o trabalhador capacitando-o e incentivá-lo a buscar o novo emprego.

Conforme Teixeira (2013), “o Seguro Desemprego tem sido o principal programa de assistência social direcionado aos trabalhadores em situação de desemprego involuntário no Brasil.” Existem inúmeros trabalhos que analisam a aplicação do programa no sentido de incentivo a qualificação profissional, reinserção no mercado de trabalho e permanência/estabilidade no emprego.

O autor destaca, através de trabalhos analisados, a necessidade do direcionamento dos trabalhadores beneficiados do Seguro Desemprego à qualificação profissional, além do acompanhamento e encaminhamento à reinserção dos beneficiários ao mercado de trabalho formal, ações de grande importância para o bom funcionamento do programa.

Segundo Hamermesh (1992), o Seguro Desemprego tem funções que se referem a transferência de recursos ao trabalhador, estabilizando o consumo do mesmo, e da facilitação na procura de um novo emprego para o beneficiado, refletindo em aspectos sociais de distribuição de renda e reestruturação produtiva do mercado.

O benefício do Seguro Desemprego foi criado em 1986, diante do ambiente de instabilidade política e econômica que o país passava na época, pelo Decreto Lei nº 2284, e a partir de 1988 se tornou programa, com a finalidade de prover assistência financeira e temporária ao trabalhador demitido involuntariamente, configurando importante mecanismo de auxílio e seguridade social no Brasil.

Em 1990, o programa Seguro Desemprego foi regulamentado pelo Decreto Lei nº 7998, o qual instituiu o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador como sendo responsável pelo financiamento deste. Esta legislação também criou o organismo CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador formado pelos trabalhadores, empregadores e pelo governo, sendo responsável em gerir os recursos do FAT que destina recursos ao programa.

Desde a sua implantação, o programa vem desempenhando um relevante papel no assunto seguridade social no Brasil, garantindo renda aos trabalhadores de maior vulnerabilidade em todas as regiões do país.

Até o ano de 2010, o Seguro Desemprego vinha desempenhando importante papel apenas de fonte de renda temporária aos trabalhadores com desemprego involuntário no país. A partir desta ano, o programa passou a incentivar e realizar a reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e a oferecer aos beneficiários cursos de capacitação profissional (Teixeira, 2013).

Conforme as informações contidas em materiais orientativos do Ministério do Trabalho, poderá solicitar o seguro o trabalhador dispensado sem justa causa que atenda os seguintes requisitos:

- Não possuir renda própria para seu sustento ou dos seus familiares;
- Não esteja recebendo benefício de previdência Social (com exceção do auxílio acidente, pensão por morte e/ou auxílio reclusão);
- Tenha recebido ao menos:
  - \* 1ª habilitação – 12 salários nos últimos 18 meses;
  - \* 2ª habilitação – 9 salários nos últimos 12 meses;
  - \* 3ª habilitação ou mais – 6 salários consecutivos.

É importante frisar que nem todos os trabalhadores que ficaram desempregados poderão solicitar o benefício, sendo necessário:

- Ter sido demitido sem justa causa;
- Ter tido o tempo mínimo de carteira assinada necessário para a solicitação;

- Não ser sócio ou ter participação nos lucros terceiros da empresa;
- Precisa de um intervalo de 16 meses entre a solicitação de um seguro desemprego e outro;
- Em relação as empregadas domésticas, precisam ter tido 15 meses trabalhados com carteira assinada nos últimos 2 anos na função.

Os documentos necessários para o encaminhamento são essencialmente: a Carteira de Trabalho e Previdência Social, Termo de Rescisão e Homologação do Contrato de Trabalho, Requerimento do Seguro-Desemprego, e documentos de identificação.

A previsão de recebimento das parcelas ocorrerá a partir de 30 dias após a habilitação e o pagamento será através de saque na Caixa Econômica Federal e seus correspondentes, com o Cartão do Cidadão ou depósito em conta corrente ou poupança. O número de parcelas previstas pode variar de 3 a 5, dependendo do tempo trabalhado e da quantidade de habilitações já feitas.

Segundo a Lei 7.998/90, o seguro Desemprego deve estar articulado com a intermediação da Mão de Obra, buscando ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional, caso haja compatibilidade da ocupação oferecida com a exercida, no que se trata de nível de escolaridade, formação, qualificação e remuneração. A recusa do trabalhador ao encaminhamento a oferta de emprego acarretará o cancelamento do benefício concedido.

Já o objetivo do Pronatec no Seguro Desemprego é estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Para tanto, conforme Lei 12.513/11, foi associado o recebimento do benefício à matrícula e frequência de cursos de qualificação, fornecido gratuitamente aos trabalhadores dispensados que requeiram o Seguro. Da mesma forma, o Seguro será cancelado pela recusa da qualificação.

De acordo com o Manual do Seguro Desemprego do Departamento de Relações com o Mercado de Trabalho (2017), o empregador Web é mais uma funcionalidade do site Mais emprego, sendo que os empregadores deverão ter acesso para o preenchimento e envio eletrônico do Requerimento do Seguro Desemprego, documento necessário para o encaminhamento do seguro pelo trabalhador dispensado.

### 3.3 PRONATEC

Outra política pública da esfera federal que pode ser utilizada para o estudo é o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Trata-se de uma política pública voltada à área do trabalho e renda, que incentiva a qualificação profissional dos trabalhadores que perderam seus empregos, capacitando-os para conquistarem mais oportunidades no mercado de trabalho.

Segundo sua Lei de criação (Lei 12.513/2011), a política pública do Pronatec, veio para atender estudantes da rede pública e trabalhadores, com o objetivo de expandir as oportunidades de educação profissional e tecnológica, respondendo a defasagem de qualificação do trabalhador no contexto da reestruturação produtiva e servindo como política de educação profissional no Brasil. É fruto da necessidade de qualificar a mão-de-obra necessária nas empresas e com isso alavancar o setor produtivo. (Matos e Lima)

FERES (2015) menciona que em resposta à demanda da sociedade pela ampliação das oportunidades de formação profissional, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por meio da Lei nº 12.513/2011, uma política pública criada com o objetivo de interiorizar, expandir e democratizar a oferta de cursos de educação profissional, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e das oportunidades educacionais.

Essa política visa formação profissional de jovens e trabalhadores a fim de obterem melhores oportunidades ocupacionais, melhorando a produtividade e a competitividade do país, por meio da formação profissional em larga escala, através de redes de ensino já reconhecidas e estruturadas.

O programa consiste na oferta gratuita de cursos técnicos e de formação continuada presenciais, custeados com recursos oriundos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que englobam todas as despesas para custear as vagas disponibilizadas, incluindo o fornecimento de transporte, alimentação e material didático dos estudantes, que são repassados a instituições de ensino das redes de educação profissional do país.

Conduzida pelo Ministério da Educação, o programa conta com a participação ativa de parceiros demandantes, como as secretarias estaduais de educação que são responsáveis mapear e caracterizar da demanda existente e os profissionais necessários para o atendimento, assim como mobilizar e articular as pessoas interessadas, monitorando a execução dos cursos.

Neste sentido, os responsáveis em realizar as pré-matrículas das turmas do público mobilizado pelos demandantes, são as unidades de atendimento presenciais distribuídos pelos municípios do país, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ligados ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e os pontos credenciados do Sistema Nacional de empregos (SINE), vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por outro lado, estão as instituições que oferecem os cursos, que são redes de educação profissional e tecnológica, organizados como: Institutos Federais, o Sistema S (Senai, Senac, Senat, Senar), redes estaduais e privadas, o qual fazem a parceria em ofertar cursos voltados para públicos específicos necessitados com as principais demandas de cada região e/ou setor.

Na região estudada, foram ofertados diversos cursos em diversos segmentos e as qualificações realizadas por instituições como Senai, Senac e Senat e pelo Instituto Federal de Lajeado e eram totalmente gratuitos e visavam a educação profissional e tecnológica para o trabalhador.

O Ministério da Educação atua como articulador entre demandantes e ofertantes, num processo denominado de pactuação de vagas, onde são registrados as demandas por formação profissional, indicando cursos, local e quantidade de vagas, induzindo a oferta nas unidades de ensino ofertantes. Essa pactuação tem como objetivo impelir o planejamento da oferta de vagas, possibilitando ao público realizar cursos que gerem maiores oportunidades ocupacionais.

Todas essas atividades dos envolvidos com o Pronatec são registradas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), que tem o objetivo de consolidar as informações de oferta de cursos na educação profissional no Brasil.

O Pronatec surgiu como uma política relacionada com a estrutura do mercado de trabalho, voltada a educação profissional, selecionando os melhores

recursos para suprir as demandas específicas na formação do trabalhador, relacionando o trabalho com a educação.

Segundo FERES (2015), o Pronatec tem o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais, induzindo a oferta em função da demanda por formação profissional, interiorizando e democratizando o acesso a cursos técnicos de nível médio, de forma a contribuir efetivamente com o processo de inclusão produtiva e a melhoria da produtividade e competitividade do país.

### **3.3 INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA**

Assim como as transferências de seguro-desemprego, os serviços de intermediação e qualificação ocupacional dirigem-se principalmente ao trabalhador em situação de desemprego, involuntário e temporário. Enquanto as transferências asseguram um rendimento que permite a subsistência desse trabalhador, os serviços possibilitam que ele consiga uma nova ocupação (IPEA, 2016).

Neste contexto, também existem os serviços de intermediação, que dedicam-se ao trabalhador que está desempregado por conta da assimetria ou insuficiência de informação, entre quem oferta e quem demanda trabalho no mercado laboral. Ou seja, tais serviços procuram colocar em contato o trabalhador desempregado e as empresas que tem as vagas, que não possuem informações insuficientes uns dos outros.

As ações de intermediação de mão-de-obra entre trabalhador e empresa, são serviços públicos prestados através do Sistema Nacional de Empregos - SINE, e priorizam o encaminhamento ao trabalho registrado regular, incentivando o emprego formal.

Segundo o IPEA (2016), “para os trabalhadores com pouca qualificação e pouca renda, a intermediação realizada pelas agências públicas mostra-se, historicamente, bastante importante. Trata-se de um papel promotor da equidade no mercado laboral, que não deve ser desprezado de maneira alguma.”

Trata-se de um papel promotor da equidade no mercado laboral e que não deve ser desprezado de maneira alguma.

Conforme o manual de Intermediação de Mão De Obra – Conectando Trabalhadores e Empregadores do Departamento de Relações com o Mercado de Trabalho da FGTAS (2018), a intermediação de mão de obra (IMO) está inserida no Programa Mais emprego do Ministério do trabalho e é um dos instrumentos das políticas públicas de emprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE. O objetivo é colocar o trabalhador empregado ou não no mundo do trabalho, reduzindo o desemprego.

Segundo a Lei Federal nº 7.998/90 e as normatizações aprovadas pela Portaria do Mtb nº 132/14, juntamente com as orientações técnicas da fundação, as atividades de Intermediação de Mão de Obra nas agências FGTAS/SINE são:

- Captação de vagas ativa e passiva;
- Cadastramento de empresas e vagas
- Inscrição e cadastramento de trabalhadores que buscam vagas e Seguro Desemprego;
- Encaminhamento e direcionamento de candidatos inscritos, com perfil compatível, no sistema para processo seletivo;
- Realizar a convocação de candidatos com perfil compatível com a vaga;
- Colocar o trabalhador no mercado de trabalho;
- Administração de vagas, com o registro do retorno do resultado da entrevista;
- Informação e orientação do trabalhador quanto a escolha do emprego.

Na captação ativa é de iniciativa da agência a contato com a empresa para captar as vagas disponíveis. Já a passiva ou receptiva é quando o empregador procura a agência para cadastrar vagas no sistema.

O trabalhador poderá ser encaminhado para até três vagas de emprego simultaneamente para oportunidades que o resultado retorna conforme o perfil indicado com as características requeridas. É impresso uma carta de encaminhamento para o candidato ir fazer uma entrevista com o possível empregador.

Também pode ser feita a convocação do candidato, por intermédio da agência, através da análise do perfil adequado a vaga ofertada no cadastro do trabalhador e convidar para participar da seleção.

O trabalhador também pode realizar a autointermediação, através do portal Emprega Brasil e pelo aplicativo móvel SINE Fácil, onde pode atualizar seu cadastro, ver vagas, participar de seleções, verificar cursos de qualificação profissional imprimir seu currículo e consultar informações de Seguro Desemprego. Quando houver interesse por uma vaga da web, será automaticamente encaminhado para o empregador, através de e-mail contendo os dados da entrevista.

A divulgação das vagas disponíveis ocorre por intermédio de consulta ao sistema na agência, ou pelo sítio institucional da FGTAS e Sistema Mias Emprego. Também são divulgados através na rede social da sede e por jornal e rádio da cidade e região.

A administração e Gestão das vagas tem a incumbência de cobrar pendências das empresas, cadastrar, alterar e renovar a quantidade de vagas e encaminhados, agendar entrevistas, cancelar e suspender vagas cadastradas, lançar retornos de encaminhamentos e regularizar em geral as vagas.

A Fundação, através do Departamento de Relações com o Mercado de Trabalho, objetiva capacitar e reciclar seus agentes, organizando e padronizando as ações desenvolvidas nas agências, para que o atendimento se efetive de forma eficiente, possibilitando a um bom atendimento.

### **3.4 CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)**

A carteira profissional foi instituída pelo Decreto nº 21.175/1932 para os que exerçam emprego ou prestem serviços remunerados no comércio ou na indústria, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº. 22.035/1932 e consolidada com a aprovação do Decreto-Lei nº 5452/1943 das Leis do Trabalho.

De acordo com o Portal do Fundo de Amparo do Trabalhador do Ministério do Trabalho, a nova Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) foi criada pelo decreto-lei n.º 926, de 10 de outubro de 1969 e é reconhecida por suas anotações, sendo um dos únicos documentos a reproduzir o tempo de serviço e a

vida funcional do trabalhador, garantindo assim, o acesso a direitos trabalhistas, benefícios previdenciários, entre outros.

É o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego formal, urbano ou rural, temporário ou permanente. Nela são registrados os dados do contrato de trabalho, os salários e todas as informações necessárias para o reconhecimento dos direitos trabalhistas perante a Justiça do trabalho, além dos direitos previdenciários. O registro em Carteira é o documento do trabalhador que garante o direito ao Seguro Desemprego, recolhimento do FGTS, aposentadoria, entre outros (Cartilha Informativa da FGTAS).

A agência encaminha o pedido da CTPS no sistema online, inserindo todas as informações solicitadas e coletando a foto, digital e assinatura do requerente. Esses dados são validados e utilizados pela Superintendência do Ministério do Trabalho mais perto, que confecciona a carteira e envia de volta para a agência entregar ao requerente.

A CTPS é feita, exclusivamente, por funcionários habilitados e credenciados pela Delegacia Regional do Trabalho do Estado, sendo emitidas com numeração e seriação única, a nível nacional, diferenciadas para o trabalhador brasileiro, para o trabalhador estrangeiro.

### **3.5 SISTEMA MAIS EMPREGO**

Nessa articulação, vem desempenhando papel-chave o sistema informatizado de dados chamado Mais Emprego, implantado desde 2011 pelo MTE. Esse sistema disponibiliza, para a gestão das transferências e dos serviços, informações atualizadas e unificadas, permitindo uma melhor articulação entre seguro-desemprego, abono salarial, intermediação e qualificação ocupacional.

Santos (2009) explica que a pretensão expressa na política é que os diversos programas funcionem articulados, de maneira a melhorar sua empregabilidade ou de aperfeiçoar seus produtos e serviços através da capacitação e qualificação no caso do trabalhador desempregado.

Segundo o portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do Ministério do Trabalho, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado em 1975 com o amparo da Convenção nº. 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), orientando cada país-membro a manter um serviço público e gratuito de emprego, para a melhor organização do mercado de trabalho. Após as ações do SINE passaram a fazer parte do Programa do Seguro-Desemprego, com a instituição da Lei 7.998/1990 e suas alterações.

O Portal Mais Emprego do Ministério do Trabalho é um sistema informatizado que reúne uma série de serviços ao cidadão, preconizando a melhoria da prestação de serviços públicos, simplificando as ações administrativas e modernizando a gestão pública. Com a plataforma se reduz a necessidade do cidadão de ir a um ponto do Sine para ter acesso aos serviços oferecidos pelo Ministério do Trabalho, integrando as políticas de emprego, renda e qualificação profissional.

Neste sistema o trabalhador pode verificar as vagas disponíveis em outras regiões do país e a candidatura a processos de seleção. o Portal MTE – Mais Emprego encaminhar trabalhadores para novas oportunidades de reinserção no mercado de trabalho formal, com as garantias trabalhistas e previdenciárias asseguradas: transporte, alimentação, férias, décimo terceiro salário e recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), dentre outros.

Segundo o manual Emprega Brasil e Sine Fácil do Departamento de Relações com o Mercado de Trabalho da FGTAS (2018), o Emprega Brasil é um programa do Ministério do Trabalho que disponibiliza em uma única plataforma web serviços como:

- Para o Trabalhador: Cadastramento, atualização, intermediação de mão de obra, verificar a situação do Seguro Desemprego e do direito ao Abono Salarial;
- Para o Empregador: Cadastramento, disponibilização de vagas, busca de trabalhadores, consulta de currículos, registro de resultados da seleção de candidatos, acompanhamento do processo de seleção;

Também já estão disponíveis os aplicativos do Sine Fácil e Sine Fácil Empregador, módulos do Emprega Brasil que facilitam e auxiliam as pessoas e as empresas a fazerem estes tipos de serviços através de aparelhos móveis.

O Portal Emprega Brasil vai ampliar o acesso aos serviços de intermediação de mão de obra e demais funcionalidades, sendo que as agências FGTAS/Sine ainda são os responsáveis pela administração das vagas, principalmente em cobrar os retornos dos encaminhamento para as vagas.

Conforme Portal Emprega Brasil do Ministério do Trabalho, isso é uma oportunidade para o trabalhador ampliar as possibilidades de ser reconduzido mais rapidamente ao mercado de trabalho. Além de não precisar se deslocar, ao realizar o cadastro no portal o cidadão terá acesso às informações sobre o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, podendo também habilitar o Seguro-Desemprego pela Internet, sendo que o trabalhador só precisa ir ao Sine para apresentar a documentação.

### **3.6 CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E DO MERCADO DE TRABALHO**

Ao estudarmos a crise que se instaurou principalmente a partir do ano de 2015, averiguou-se os efeitos negativos ocasionados, como o do desemprego, que afetou negativamente o mercado de trabalho.

Segundo informações do Comitê de Datação do Ciclo Econômico – CODACE da Fundação Getúlio Vargas, a economia brasileira entrou formalmente em recessão desde o início do segundo trimestre de 2014.

Muitos dizem que a crise originada naquele ano seria o resultado da combinação de diversos choques de oferta e de demanda aliado a erros de política econômica cometidos principalmente no período da Nova Matriz Econômica – NME, instaurada pelo governo a partir dos anos de 2011 e 2012, causando a recessão atual.

Essas políticas adotadas que formaram a Nova Matriz Econômica, conforme Barbosa Filho (2017), tiveram forte intervenção governamental na economia, promovendo uma política monetária que incentivava a redução da taxa de juros, aliado a uma política fiscal de intervenção nos preços dos produtos, concessão de subsídios e a elevação dos gastos públicos.

Esses fatores geraram um custo fiscal elevado e causaram a redução da capacidade de crescimento da economia brasileira, ocasionando um déficit primário no país. Isso, aliado a crise de sustentabilidade da dívida pública brasileira, que elevou a incerteza e os juros, são causas determinantes para a instauração da recessão, onde pode-se observar uma forte contração de consumo e de novos investimentos na economia.

Barbosa Filho (2017), menciona o esgotamento da Nova Matriz Econômica pela perda da capacidade financeira do governo, o que reduziu fortemente os investimentos na economia brasileira a partir do ano de 2015, gerando a pior crise do mercado de trabalho já registrada.

A instabilidade política aliada a má gestão do governo, causa o aumento das incertezas, afastando investimentos e afetando portanto toda a economia, causando a queda do Produto Interno Bruto – PIB, levando a recessão. Sem contar o rombo dos gastos públicos que, segundo nos traz o site da Enciclopédia Livre – Wikipedia, é quando o governo gasta mais do que arrecada, gerando um *déficit* primário.

De acordo com dados do PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número de pessoas desempregadas aumentou drasticamente naquele ano, gerando uma grande elevação na taxa de desocupados, sendo as demissões na indústria os principais responsáveis pela queda do emprego formal e conseqüentemente o aumentando a população economicamente inativa.

Conforme o IBGE, a quantidade de desempregados aumentou em todas as regiões do país, sendo que o estado do Rio Grande do Sul é o que teve a maior alta percentual no índice de desemprego.

Para tentar resolver o problema, foi tentado implementar medidas que fizessem sair da má situação, como a limitação do teto de gastos do governo e a reforma da previdência, para reduzir o risco de investimento no país, fazendo a inflação cair e permitindo a redução da taxa de juros.

#### **4. METODOLOGIA**

A metodologia é o caminho e a maneira de trabalho escolhida para buscar todo um conhecimento científico por meio de procedimentos metodológicos intelectuais e técnicos de investigação da realidade de forma organizada, através de normas e técnicas, buscando atingir determinado conhecimento. (Zanella, 2009). “O conhecimento científico resulta de pesquisa metódica e sistemática da realidade dos fatos.”

Preliminarmente foi feito um estudo exploratório, para obter informações que permitam uma delimitação clara do tema. Após foram investigados as fontes dos dados importantes a serem coletados, de forma a permitir se fazer as análises pertinentes ao assunto da pesquisa. (Lakatos e Marconi, 2003)

Os instrumentos de pesquisa e as formas técnicas mais adequadas utilizadas no trabalho foram a pesquisa explicativa usando a técnica de coleta de informações documental, através de consultas a periódicos, indicadores e dados estatísticos junto aos órgãos de governo, realizando uma análise quantitativa e qualitativa dos dados.

Foi feito uma coleta de dados documental, que Gil (2007) classifica como as que se empregam de fontes de papel. Segundo Zanella (2009), a pesquisa documental se utiliza de fontes de dados secundários que são os dados que já foram coletados, ordenados e sistematizados.

Desta forma, serão pesquisados e coletados relatórios com informações importantes acerca das ações e serviços realizados no período estipulado, para fazer a análise dos dados e se ter o melhor entendimento sobre o assunto.

## **5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Neste capítulo, descreve a análise dos dados coletados feita para averiguar a importância dos serviços prestados pela Agência da FGTAS/Sine de Lajeado nos anos de 2014 e 2015, onde verificou-se se os serviços atendem as necessidades do trabalhador, através da análise dos encaminhamentos feitos do benefício social Seguro-Desemprego, do perfil profissional do trabalhador, da procura por vagas de emprego e cursos oferecidos, diante do contexto econômico instável de crise presenciado naquela época.

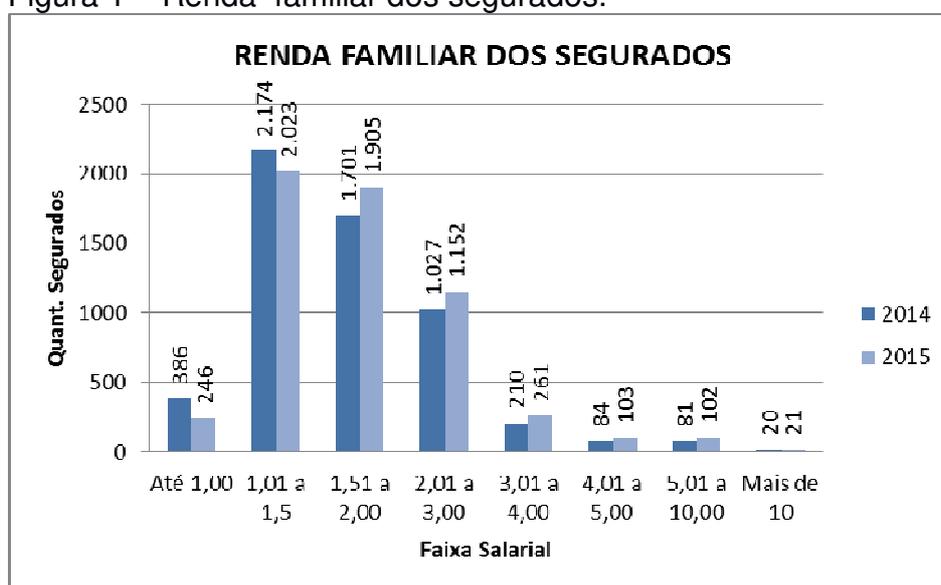
Através dos dados analisados, tentou-se examinar o papel da agência, operadora do Sistema Nacional de Empregos – SINE, juntamente com o comportamento do mercado de trabalho na referida região e época, com a finalidade de buscar informações sobre proteção e auxílio ao trabalhador desempregado e meios de reinserção ao mercado de trabalho.

## 5.1 ANÁLISE DE DADOS SOBRE O SEGURO DESEMPREGO

### 5.1.1 SEGURADOS POR FAIXA SALARIAL

Conforme o gráfico abaixo, do ano de 2014 para o de 2015, pode-se verificar que houve uma pequena alta no total de trabalhadores que perderam o emprego e encaminharam o benefício do seguro desemprego, aumentando de 5.683 para 5.813 no ano seguinte.

Figura 1 – Renda familiar dos segurados.



Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

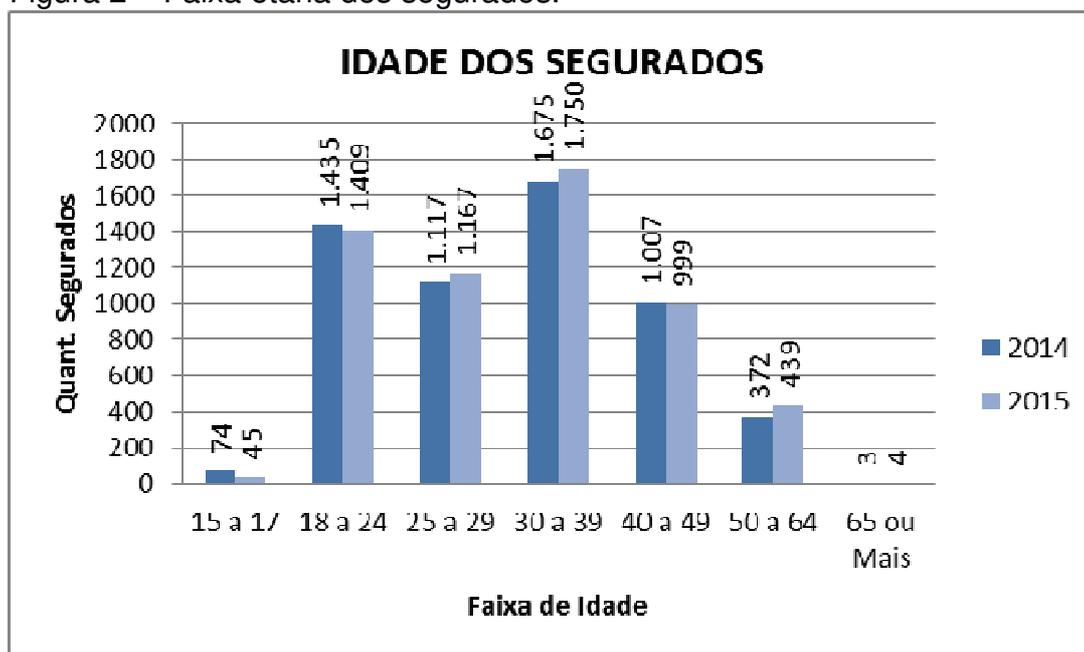
Verifica-se que a grande maioria, cerca de 86% dos que requisitaram e ganharam o Seguro Desemprego, possuem uma renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, sendo considerados somente os demais integrantes do grupo familiar que continuam empregados. Também pode-se verificar que houve um decréscimo no número de encaminhamentos das famílias que tem renda de até um salário em meio, sendo que houve elevação naqueles que tem renda maior.

Através disso, podemos afirmar que a crise também atingiu significativamente as famílias que possuem maior renda familiar, instaurando-se esta em todas as classes sociais.

## 5.1.2 FAIXA ETÁRIA DOS SEGURADOS

Pelo gráfico abaixo, podemos ver que a faixa etária predominante dos que encaminham o seguro está concentrada na população com idade mais ativa, o qual está formando sua vida, especialmente na faixa entre os 18 a 39 anos.

Figura 2 – Faixa etária dos segurados.



Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

### 5.1.3 PERCENTUAL DE SEGURADOS POR GENERO

Na questão do sexo dos segurados, podemos notar que se manteve estável a proporção de segurados de ambos, tendo um pequeno percentual a mais de homens do que mulheres de um ano para o outro.

Figura 3 – Segurados conforme o gênero.

Segurados cfe genero 2014

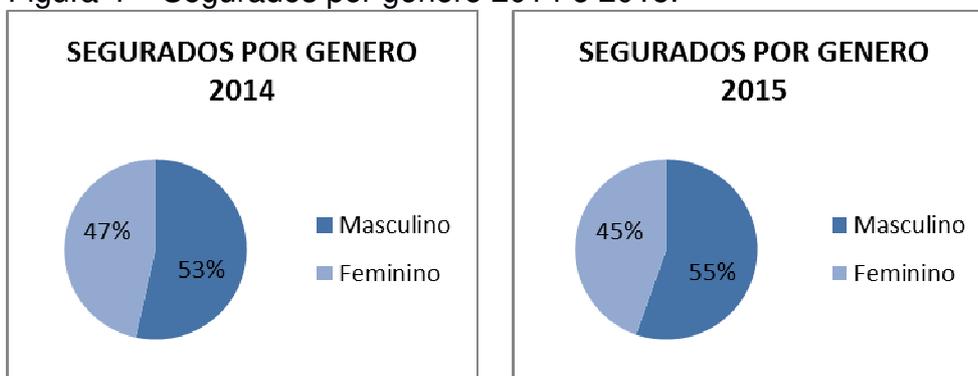
<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
<b>3.038</b>	<b>2.645</b>	<b>5.683</b>

Segurados cfe genero 2015

<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
<b>3.220</b>	<b>2.593</b>	<b>5.813</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

Figura 4 – Segurados por gênero 2014 e 2015.

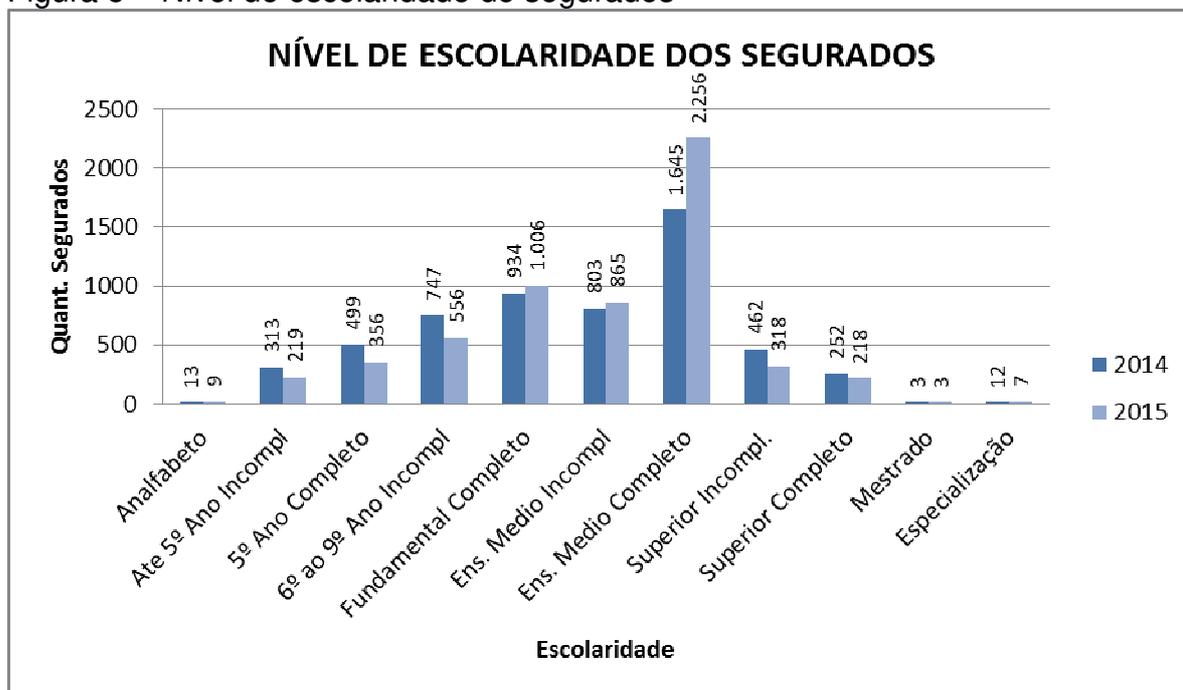


Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

#### 5.1.4 ESCOLARIDADE DOS SEGURADOS

Uma das formas de analisar o perfil do trabalhador é pela sua escolaridade, fator que é analisado na questão do emprego.

Figura 5 – Nível de escolaridade do segurados



Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

Podemos concluir pelo gráfico que o efeito da crise atingiu principalmente na faixa escolar dos que tem ensino fundamental completo e principalmente para os que tem ensino médio completo, onde o número de encaminhamentos de seguro desemprego disparou, alcançando os trabalhadores com um nível de escolaridade ou pouco melhor e já mais estável.

Já os com menos estudo tiveram uma regressão no número de encaminhamentos, fator explicável pelo fato das pessoas diante do problema da crise, tentarem se esforçar mais e manter-se ao máximo no seu emprego atual.

Por outro lado, há os segurados que possuem nível escolar de ensino superior em andamento ou completo, ou ainda em níveis mais avançados, que também conseguiram se manter em seus empregos, diminuindo de encaminhamentos.

## 5.2 ANÁLISE DE DADOS SOBRE A INTERMEDIÇÃO DOS SEGURADOS

Conforme as tabelas de intermediação dos segurados, considerando os anos de 2014 para 2015, o número total de segurados aumentou cerca de 2,29%, enquanto o número total dos que aceitaram ser intermediados pelo Sine teve um crescimento de 37,90%, sendo que aumentou o percentual dos que aceitaram trabalhar e também dos que foram admitidos por volta de 36,21%.

Figura 6 – Quantidade de segurados encaminhados para vagas  
Intermediação Segurado 2014

<b>Aceitou Ser Encaminhado</b>	<b>Candidato Aceitou a Vaga</b>	<b>Total</b>	<b>Total segurados</b>
<b>438</b>	<b>58</b>	<b>496</b>	<b>5683</b>

Intermediação Segurado 2015

<b>Aceitou Ser Encaminhado</b>	<b>Candidato Aceitou a Vaga</b>	<b>Total</b>	<b>Total segurados</b>
<b>604</b>	<b>79</b>	<b>683</b>	<b>5813</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

Do total dos trabalhadores recém desempregados que encaminharam o Seguro Desemprego, somente 7,71% em 2014 e 10,40% em 2015, aceitaram ser encaminhados para vagas abertas disponíveis no sistema, acarretando um índice muito baixo diante da Lei 7.998/90, que obriga o beneficiário a fazer a entrevista de emprego em vagas que estão dentro de seu perfil profissional.

## 5.3 ANÁLISE DE DADOS DAS MATRÍCULAS NO PRONATEC DOS SEGURADOS

### 5.3.1 QUANTIDADE DE MATRÍCULAS EFETUADAS

No ano de 2014, o governo disponibilizou diversas vagas para cursos profissionalizantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, divididos em diversas áreas com as principais demandas das empresas e ministrados por instituições conveniadas da região. Foram feitas 105 matrículas em 15 diferentes cursos.

Figura 7 – Quantidade de matrículas no Pronatec

Qtd Matrículas	ANO
105	2014
3	2015

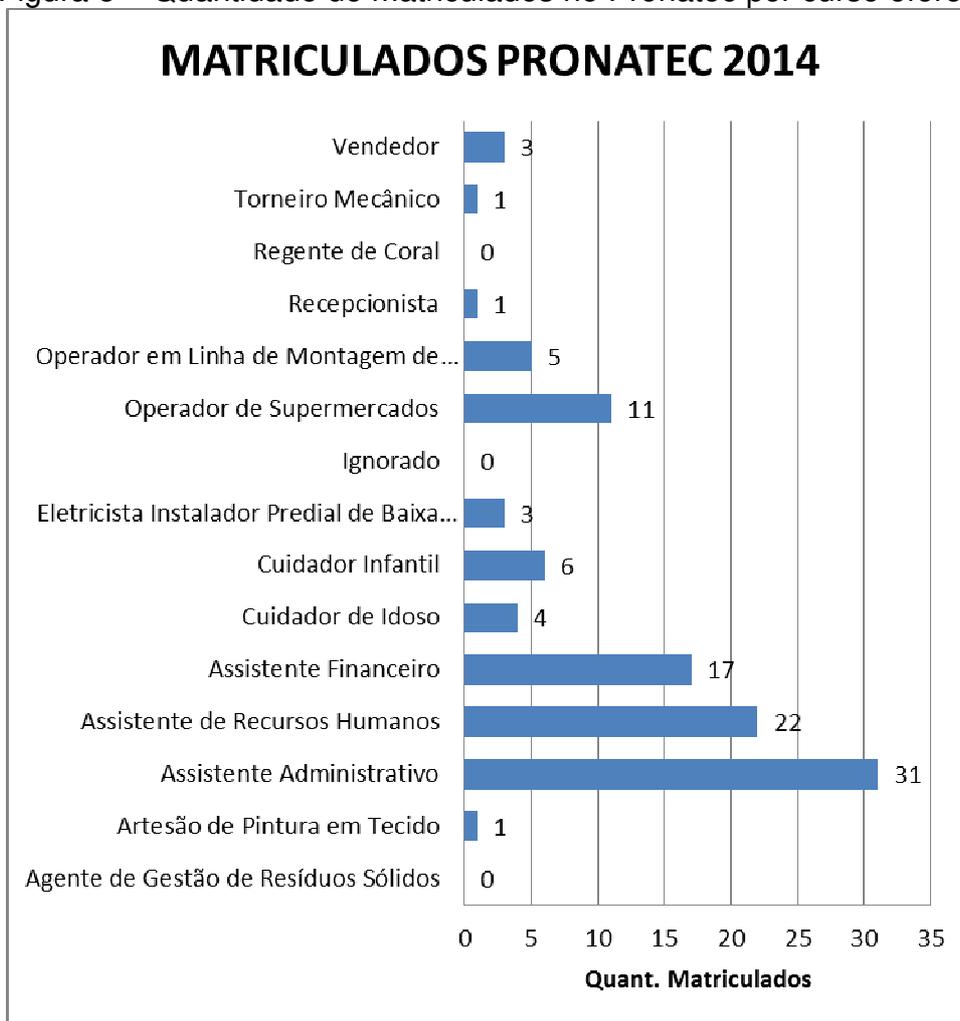
Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

Muitos foram obrigados a participarem dos cursos devido a Lei 12.513/11, que vincula a percepção do benefício Seguro Desemprego com o treinamento do trabalhador desempregado a fim de melhorar seu perfil e facilitar a reinserção no mercado de trabalho.

Já em 2015, praticamente não houve mais inscrições, devido ao corte de verbas, por parte do governo, no incentivo a esse programa.

### 5.3.2 MATRICULADOS NO PRONATEC POR CURSO OFERECIDO EM 2014

Figura 8 – Quantidade de matriculados no Pronatec por curso oferecido

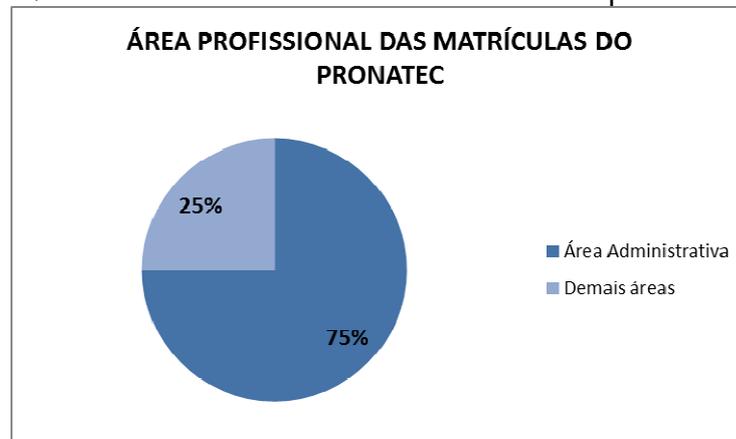


Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

Na figura acima, conseguimos notar a diversidade de matrículas efetuadas conforme a área de interesse do candidato segurado, sendo a maioria optantes por cursos em áreas de assistência na parte administrativa.

### 5.3.3 MATRICULADOS NO PRONATEC POR ÁREA PROFISSIONAL EM 2014

Figura 9 – Quantidade de matriculados no Pronatec por área profissional



Fonte: Elaborado a partir de dados do MTE

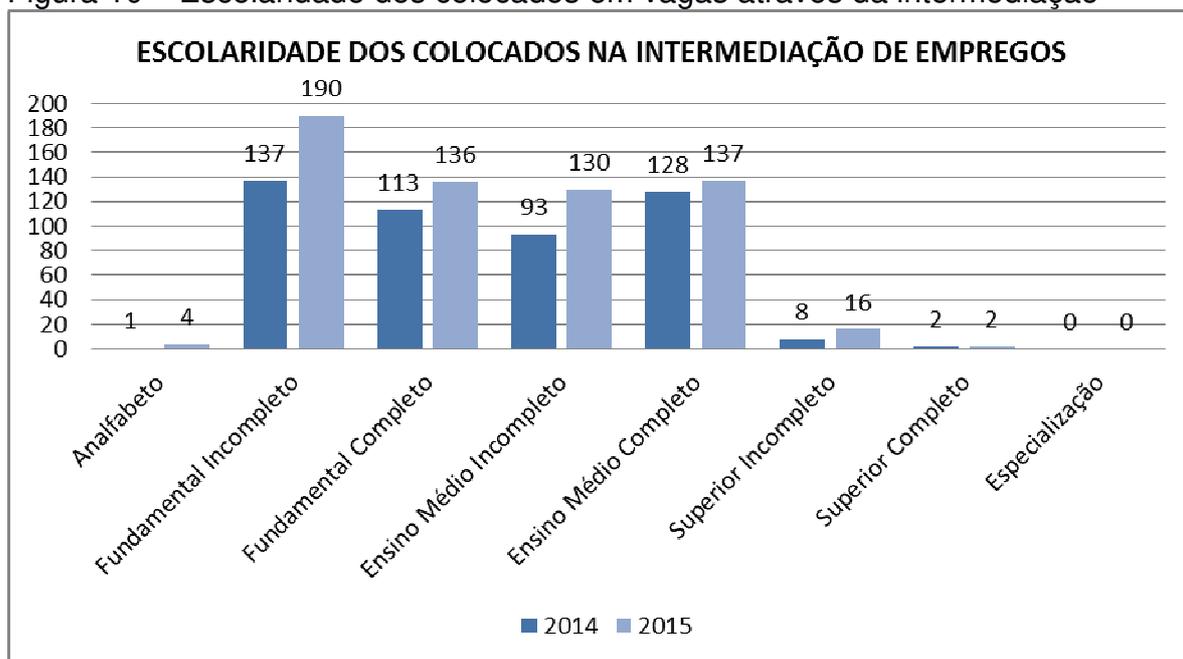
Podemos notar, conforme as matrículas efetuadas em 2014 em cursos profissionalizantes do Pronatec, que a maior procura foi por treinamentos na área administrativa, evidenciando a busca do trabalhador na melhora de seu emprego em cargos que exijam mais estudo e treinamento para serem ocupados.

## 5.4 ADMISSÃO DOS ENCAMINHADOS PARA VAGAS PELO SINE

### 5.4.1 QUANTIDADE DE COLOCADOS EM VAGAS POR ESCOLARIDADE

A quantidade total de colocados pela intermediação da Agência da FGTAS/SINE Lajeado em 2014 foi de 482 pessoas, aumentando em 2015 para 615 colocações.

Figura 10 – Escolaridade dos colocados em vagas através da intermediação

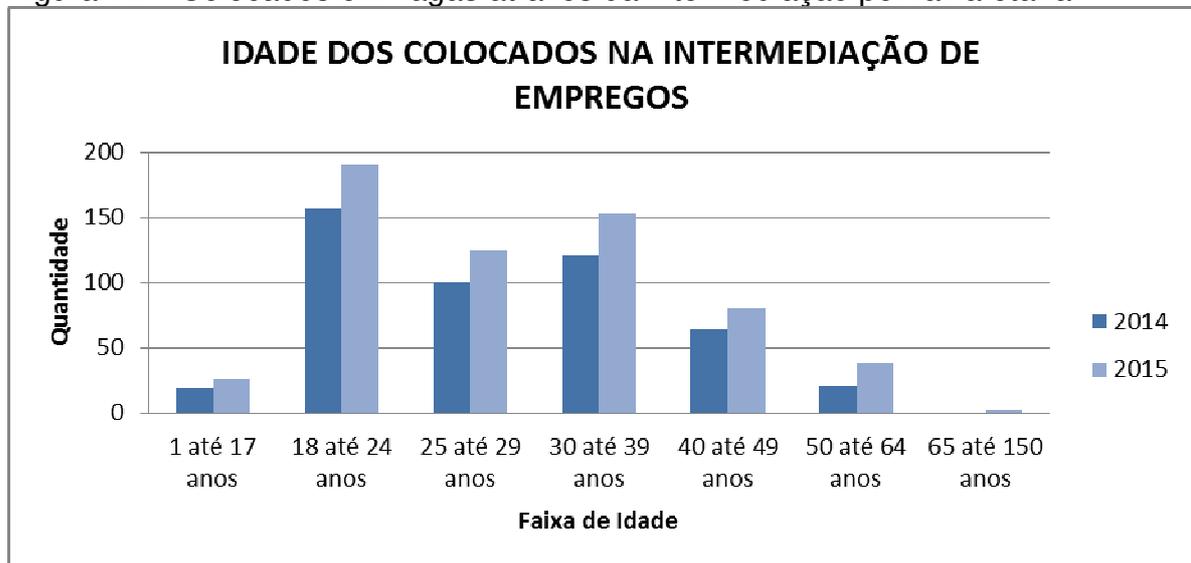


Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

De uma forma geral, de 2014 para 2015, houve um aumento das pessoas que foram encaminhadas para entrevista de emprego e admitidas. Já o percentual do nível de escolaridade se manteve proporcional as colocações feitas.

## 5.4.2 QUANTIDADE DE COLOCADOS EM VAGAS POR FAIXA ETÁRIA

Figura 11 – Colocados em vagas através da intermediação por faixa etária

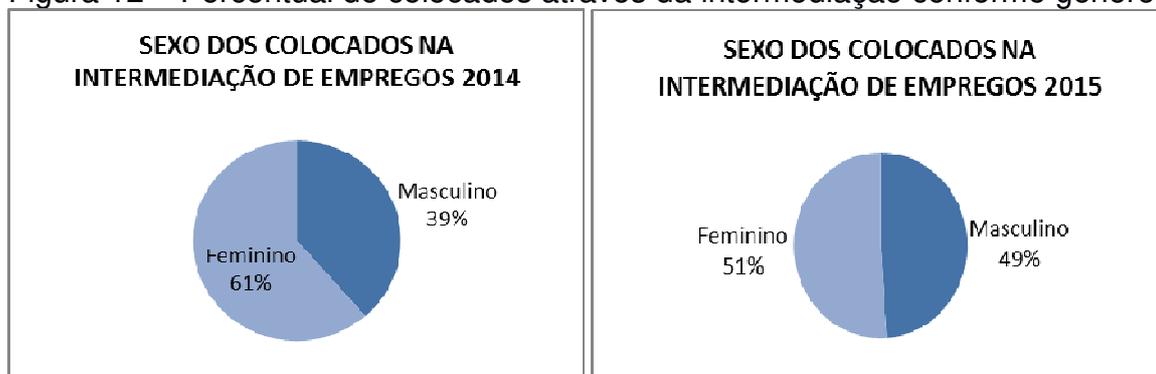


Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Quanto a idade dos colocados pela intermediação, houve um aumento no geral, conforme o crescimento total de colocados intermediados.

### 5.4.3 QUANTIDADE DE COLOCADOS EM VAGAS POR GENERO

Figura 12 – Percentual de colocados através da intermediação conforme gênero



Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Figura 13 – Quantidade de colocados através da intermediação conforme gênero

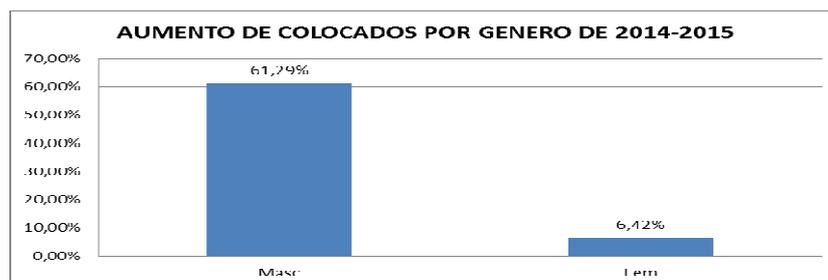
Conteúdo: Qtd Colocados						
Colocados por dia de encaminhamento						
Dt Encaminhamento (Ano)						
Sexo	2014		2015		Total	
	Valor	% coluna	Valor	% coluna	Valor	% coluna
Masculino	186	38,59	300	48,78	486	44,3
Feminino	296	61,41	315	51,22	611	55,7
<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>100</b>	<b>615</b>	<b>100</b>	<b>1.097</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

A colocação de pessoas em vagas de empregos através da intermediação no SINE de Lajeado aumentou no geral em 26,7% de 2014 (482) para o ano de 2015 (615), sendo que o percentual de pessoas do sexo masculino foi bem maior.

Podemos averiguar que as empresas preferiram contratar pessoas do sexo masculino para suas vagas de emprego, mais um reflexo da crise que estava se instaurando.

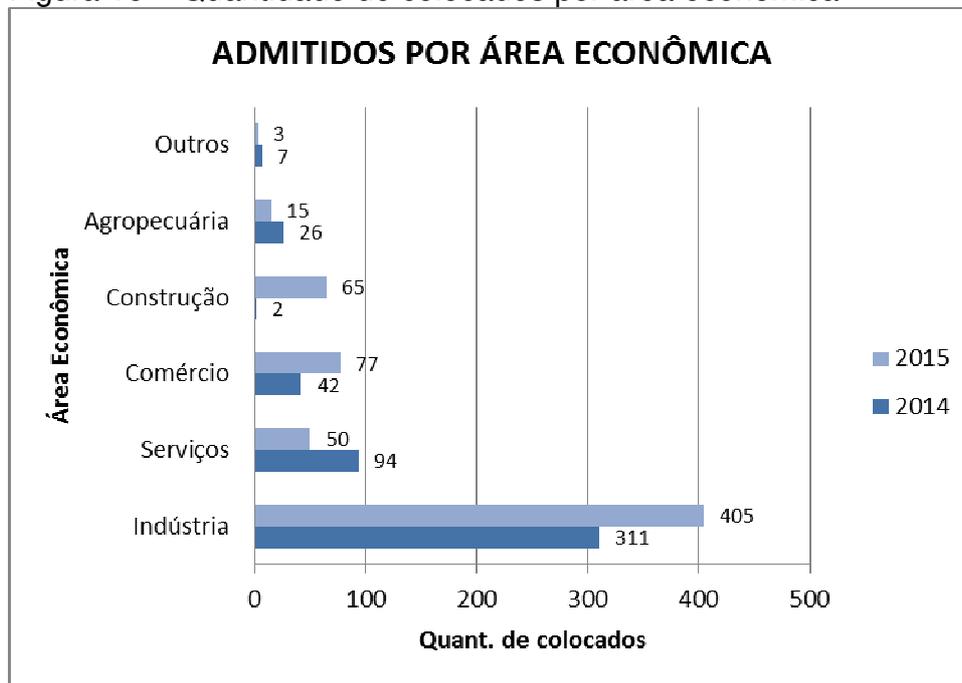
Figura 14 – Percentual de aumento dos colocados por gênero



Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

#### 5.4.4 QUANTIDADE DE COLOCADOS POR ÁREA ECONÔMICA

Figura 15 – Quantidade de colocados por área econômica



Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

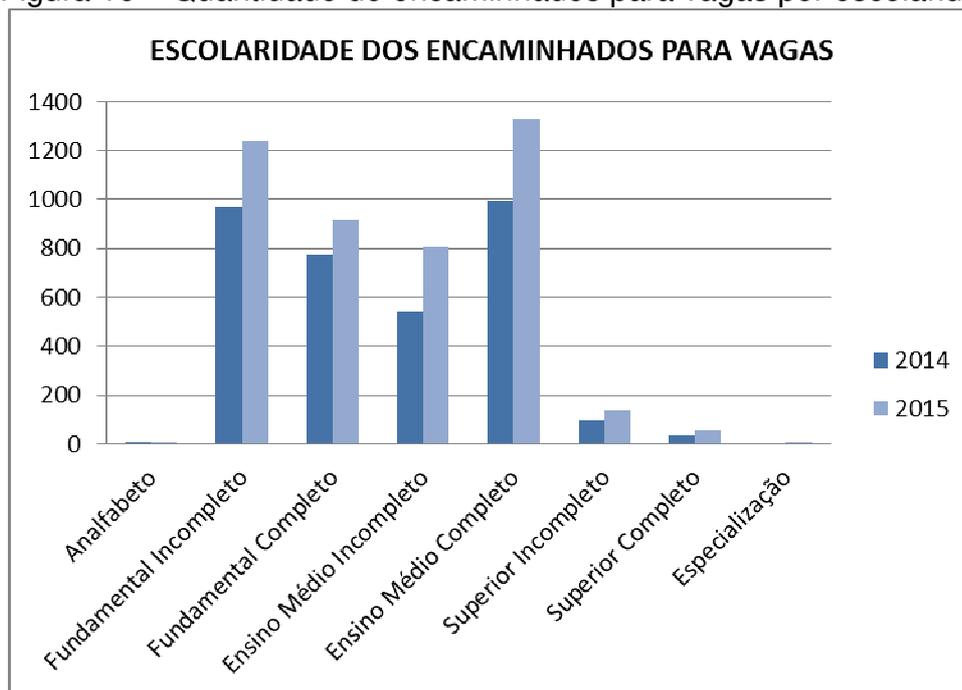
Conseguimos verificar pelo gráfico dos admitidos por área econômica que a colocação através da intermediação da agência de Lajeado aumentou no geral, quase em todas as áreas, exceto no setor de serviços, onde diminuiu praticamente pela metade.

## 5.5 PROCURA PELAS VAGAS E PERFIL

### 5.5.1 QUANTIDADE DE ENCAMINHADOS PARA VAGA POR ESCOLARIDADE

Em 2014 foram encaminhados 3410 pessoas para entrevista de emprego nas vagas disponibilizadas pelas empresas, sendo que no ano de 2015 esse numero aumentou para 4490, tendo uma elevação na procura de quase 32%.

Figura 16 – Quantidade de encaminhados para vagas por escolaridade

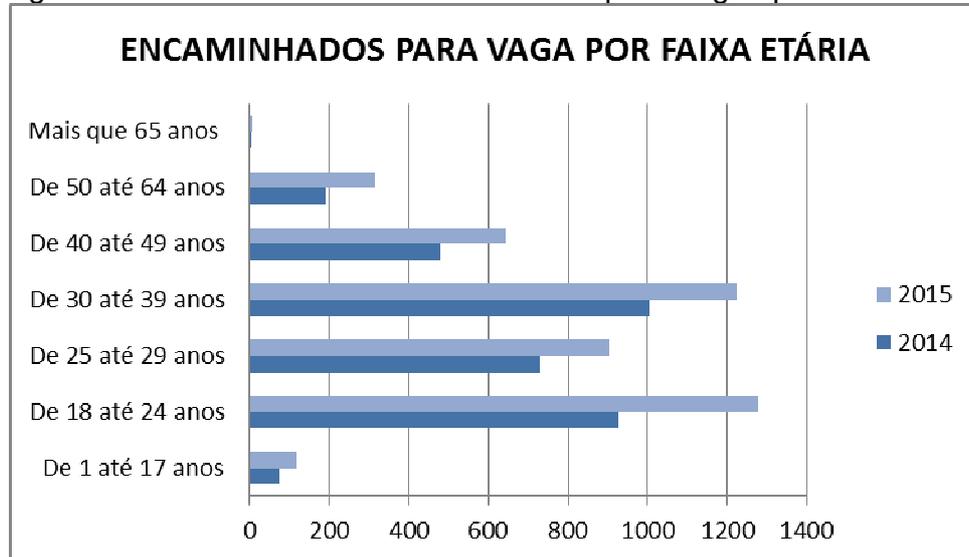


Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Houve um aumento nos encaminhamentos por grau de escolaridade em todos os níveis de um ano para o outro.

## 5.5.2 QUANTIDADE DE ENCAMINHADOS PARA VAGA POR FAIXA ETÁRIA

Figura 17 - Quantidade de encaminhados para vagas por faixa etária

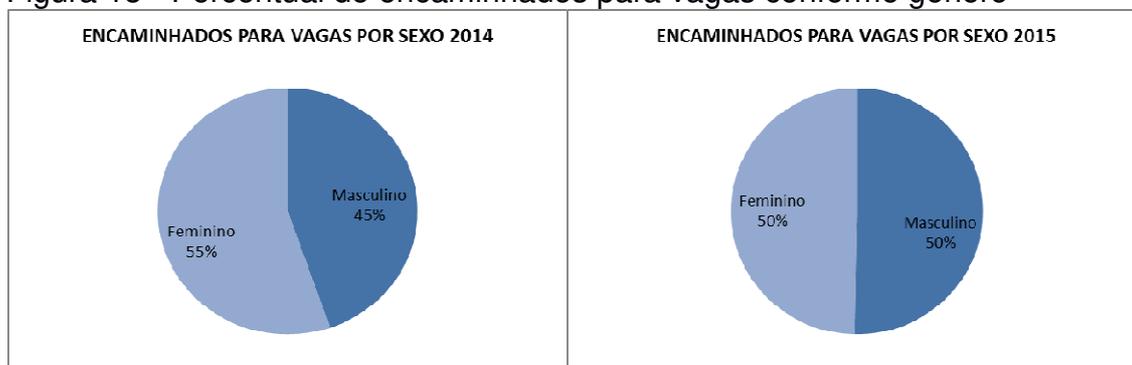


Fonte: Elaborado a partir de dados FGTS/MTE

Também houve aumento de encaminhados para entrevistas de emprego para as vagas disponíveis em todas as faixas etárias.

### 5.5.3 QUANTIDADE DE ENCAMINHADOS PARA VAGA POR SEXO

Figura 18 - Percentual de encaminhados para vagas conforme gênero



Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Aumentou de maneira em geral, cerca de 31,67%, do ano de 2014 para 2015, os encaminhamentos de pessoas para vagas de empregos através da intermediação, sendo que o percentual de pessoas do sexo masculino (aumento de 48%), foi bem maior do que a de mulheres, onde o aumento foi de cerca de 18,5%, conforme a planilha apresentada.

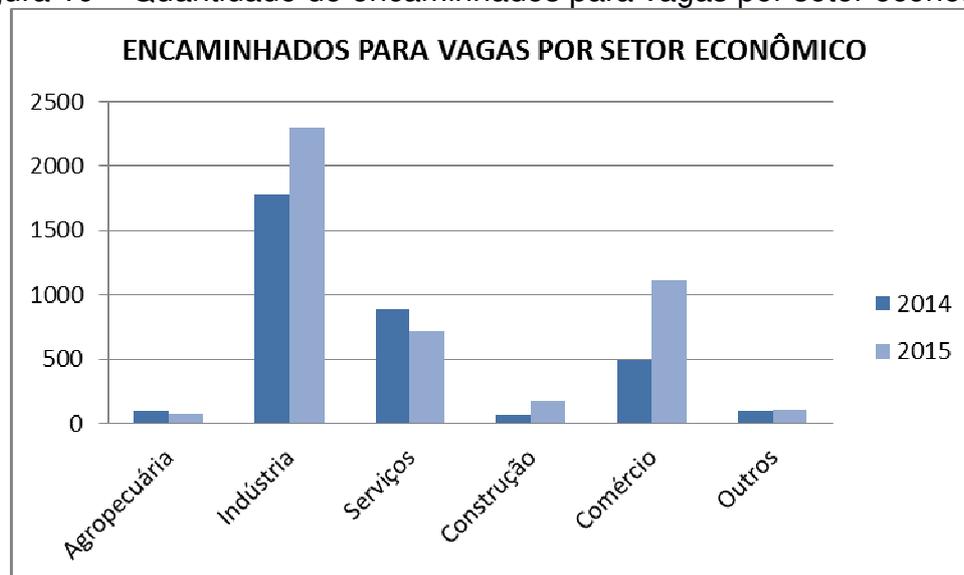
Figura 19 – Quantidade de encaminhados para vagas por gênero

<b>Intermediação Trabalhador</b>						
Informações sobre a intermediação de trabalhadores que foram encaminhados à oportunidades de emprego.						
<b>Colocados</b>						
Colocados por dia de encaminhamento						
	<b>Dt Encaminhamento (Ano)</b>					
<b>Sexo</b>	<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>Total</b>	
	Valor	% coluna	Valor	% coluna	Valor	% coluna
<b>Masculino</b>	1.525	44,72	2.257	50,27	3.782	47,87
<b>Feminino</b>	1.885	55,28	2.233	49,73	4.118	52,13
<b>Total</b>	3.410	100	4.490	100	7.900	100

Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

#### 5.5.4 QUANTIDADE DE ENCAMINHADOS PARA VAGA POR SETOR ECONÔMICO

Figura 19 – Quantidade de encaminhados para vagas por setor econômico



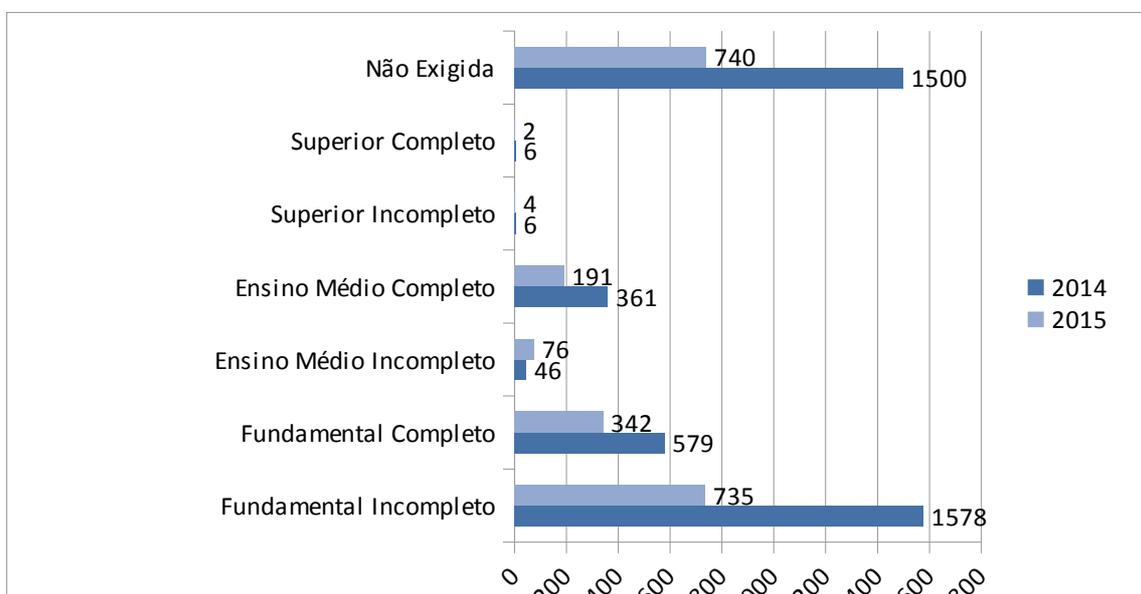
Fonte: Elaborado a partir de dados FGTS/MTE

Em 2015, obteve-se um aumento geral nos encaminhamentos para vagas, principalmente no setor econômico do comércio, onde o número subiu muito além da média e mais que dobrou. Já o setor de serviços e agropecuária teve uma redução de encaminhados.

### 5.5.5 NÚMERO DE VAGAS ABERTAS POR ESCOLARIDADE

A quantidade de vagas cadastradas diminuiu de 4076 (2014) para 2090 durante o ano de 2015, caindo quase pela metade a oferta de vagas abertas. Conforme o gráfico, podemos notar que no quesito nível de escolaridade exigido pela vaga, a quantidade de vagas abertas com o requisito de não exigir escolaridade ou de ter somente ensino fundamental incompleto caiu drasticamente para menos da metade em 2015 se comparado ao ano anterior.

Figura 20 – Quantidade de encaminhados para vagas por gênero



Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Os demais níveis de escolaridade também tiveram diminuição, porém menos acentuada, ou até aumentaram, como é o caso do ensino médio incompleto, onde houve um aumento, o que nos leva a acreditar que fator de nível de escolaridade para se candidatar a vaga, se tornou mais exigente.

## 5.5.6 NÚMERO DE VAGAS ABERTAS CONFORME EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA

Figura 21 – Quantidade de vagas abertas conforme a exigência de experiência

Imprescindível Exp Comprovada	2014		2015	
	Valor	% coluna	Valor	% coluna
<b>Não</b>	4012	98,43	2008	96,08
<b>Sim</b>	64	1,57	82	3,92

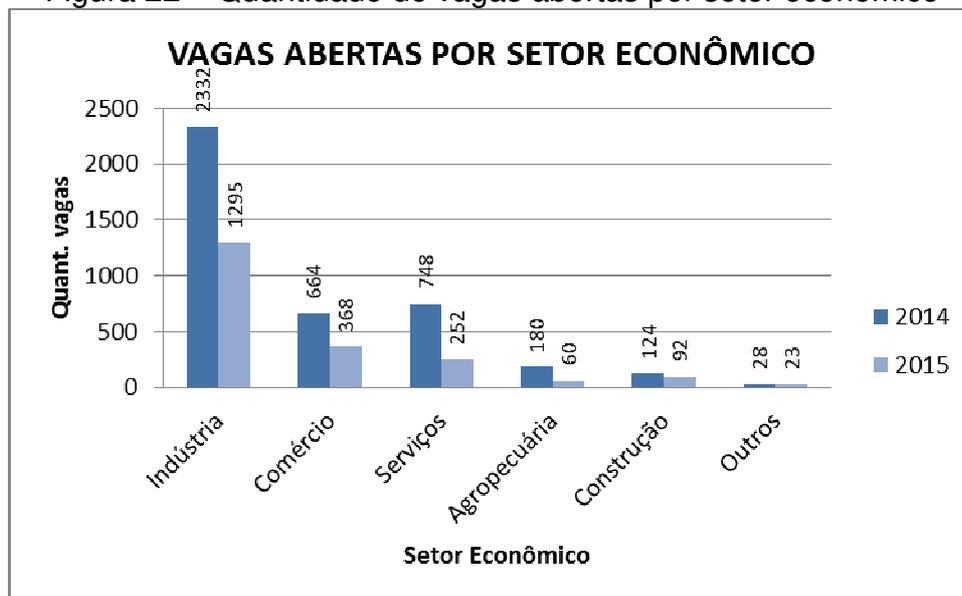
Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Podemos ver que o número de vagas reduziram pela metade de um ano para o outro, sendo que o percentual de exigência de experiência comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social do candidato que está buscando o emprego quase triplicou.

Isso demonstra que o nível de exigência das empresas em contratar alguém, aumentou de forma a obrigar as pessoas a buscarem maneiras de qualificação para se adaptarem ao cenário do mercado de trabalho atual.

### 5.5.7 NÚMERO DE VAGAS ABERTAS POR SETOR ECONÔMICO

Figura 22 – Quantidade de vagas abertas por setor econômico

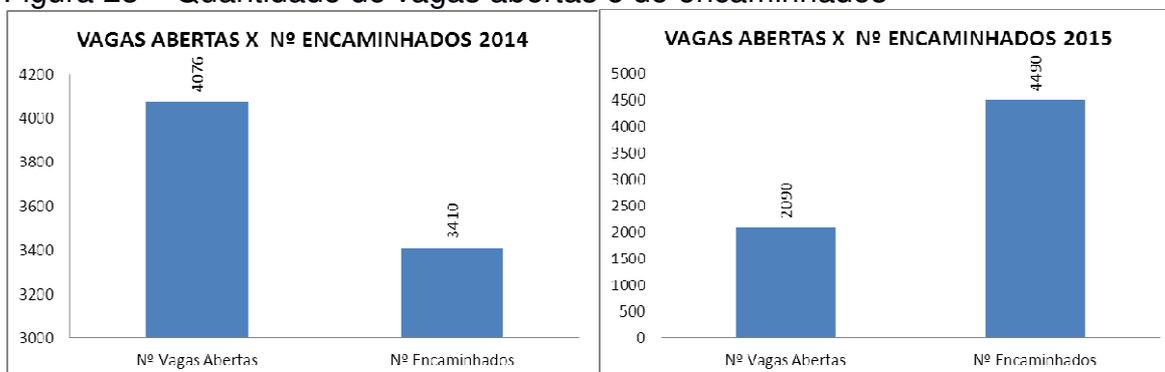


Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Já as vagas abertas tiveram uma drástica diminuição em todos os setores econômicos. Foram cadastradas somente 2090 vagas em 2015, comparado as 4076 vagas abertas em 2014, tendo uma diminuição de quase 50% de um ano para o outro, mais um reflexo da crise econômica instaurada naquele período.

## 5.5.8 NÚMERO DE ENCAMINHAMENTOS COMPARADO AS VAGAS ABERTAS

Figura 23 – Quantidade de vagas abertas e de encaminhados



Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Quanto aos gráficos acima, podemos fazer um comparativo do número de vagas abertas comparado aos encaminhamentos efetuados nos anos de 2014 e 2015. No primeiro ano, pode-se averiguar que existia mais vagas do que havia procura por elas. Fato que mudou no ano seguinte, onde as vagas diminuíram pela metade (51,28%) e os encaminhamentos para entrevista de emprego aumentou em 31,28% comparado ao período anterior. O número de encaminhados mais que dobrou comparado as vagas abertas no período de 2015.

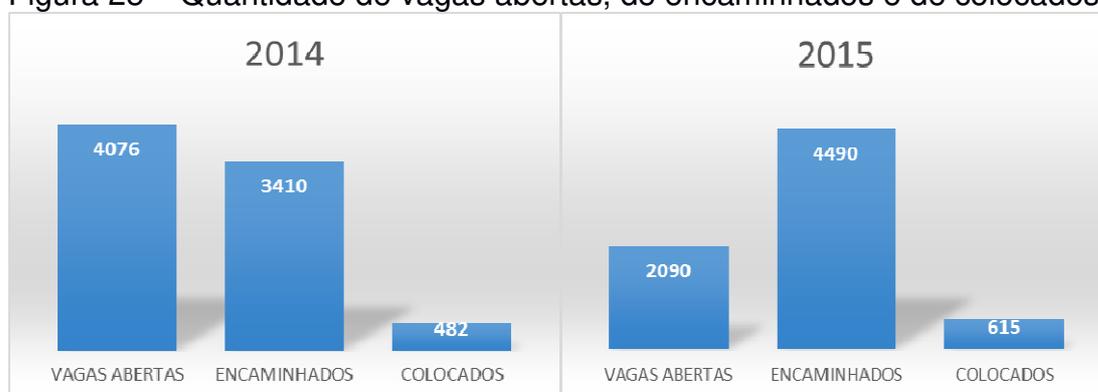
## 5.5.9 COMPARATIVO ENTRE VAGAS ABERTAS, NÚMERO DE ENCAMINHAMENTOS E ADMITIDOS

Figura 24 – Quantidade de vagas abertas, de encaminhados e de colocados

	2014		2015		TOTAL
VAGAS ABERTAS	4076	100	2090	100	6166
ENCAMINHADOS	3410	83,66%	4490	214,83%	7900
COLOCADOS	482	11,83%	615	29,43%	1097

Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Figura 25 – Quantidade de vagas abertas, de encaminhados e de colocados



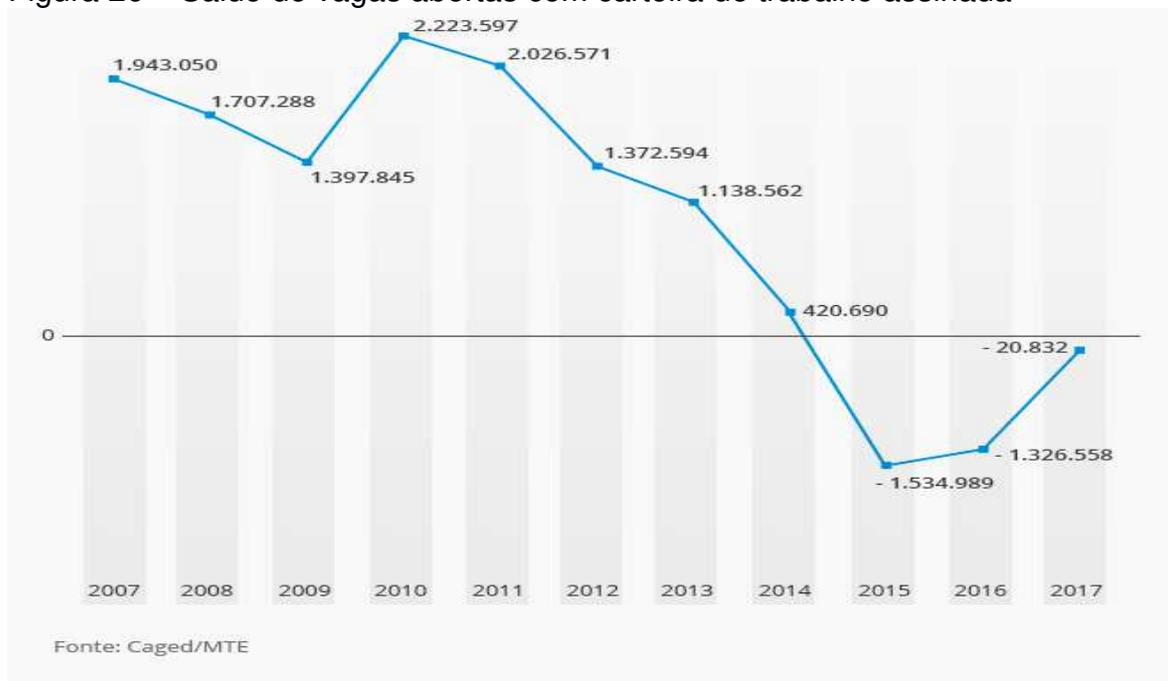
Fonte: Elaborado a partir de dados FGTAS/MTE

Conforme tabela e gráficos apresentados acima, das 4076 vagas abertas em 2014, somente 11,83% foram preenchidas por encaminhados a vagas pelo Sine de Lajeado.

Já em 2015, podemos notar que as vagas abertas caíram pela metade em comparação ao ano anterior, sendo que destas foram preenchidas 29,43% por pessoas encaminhadas pela agência. Por outro lado, pode-se constatar que houve um aumento na procura pelas vagas, assim como no número de colocações de um ano para o outro, apesar da diminuição da oferta das mesmas.

## 5.5.10 SALDO DE VAGAS ABERTAS COM CARTEIRA ASSINADA

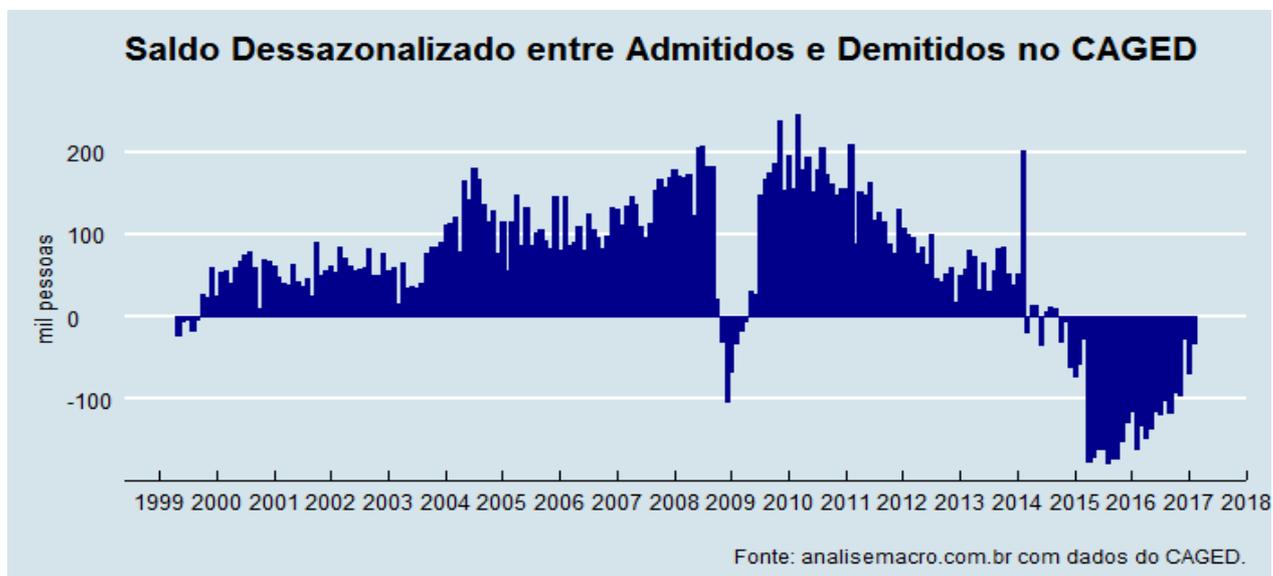
Figura 26 – Saldo de vagas abertas com carteira de trabalho assinada



Como podemos ver no gráfico, o saldo de empregos com Carteira de Trabalho assinada teve seguida redução de vagas, caindo bruscamente em 2014 e atingindo o resultado mais baixo em 2015, onde se registrou o pior desempenho na diferença na criação de vagas e na contratação para o emprego formal.

### 5.5.11 SALDO ENTRE ADMITIDOS E DEMITIDOS

Figura 27 – Saldo entre admitidos e demitidos



Já o saldo entre os admitidos e demitidos ficou, segundo o Caged/MTE, no pior patamar no ano de 2015, quando houve um grande número de demissões e poucas admissões no mercado de trabalho no Brasil.

## 5.6 RESULTADOS DA ANÁLISE DE DADOS

Através da análise dos dados coletados dos anos de 2014 e 2015, principal período de mudança no cenário brasileiro, com a instauração da crise econômica/financeira no país (conforme gráficos dos capítulos 5.5.10 e 5.5.11), pode-se verificar que a quantidade total de beneficiários do Seguro Desemprego obteve um leve crescimento de um ano para o outro, sendo maior para os que possuíam o ensino médio completo.

Menos pessoas de famílias que possuem renda de até um salário em meio encaminharam o benefício do seguro em 2015 comparado ao ano anterior, porém, houve uma elevação nos que tem maior renda familiar, significando que a crise também atingiu as demais classes sociais.

Considerando os desempregados que deram entrada ao Seguro Desemprego, aconteceu um grande aumento (quase 38%) nos interessados que aceitaram serem encaminhados para entrevista de emprego pelo sistema de intermediação do SINE, sendo repetido esse percentual de aumento no número de beneficiados que aceitaram trabalhar e foram admitidos.

Quanto ao incentivo da capacitação profissional dos trabalhadores desempregados que estão em busca de melhores oportunidades, em 2014 foram disponibilizados pelo governo diversas vagas de cursos profissionalizantes através do Pronatec, sendo matriculadas diversas pessoas em diferentes cursos, principalmente os da área administrativa, evidenciando a busca na melhora de emprego.

Já nos serviços de intermediação de mão de obra, que ajudam na mediação do trabalhador desempregado e as empresas possuidoras de vagas, ou seja, procuram colocar em contato o trabalhador com as empresas que tem as vagas, averiguou-se que houve um expressivo aumento no número de encaminhamentos para entrevista de emprego no ano de 2014 para 2015.

Obteve-se um aumento geral nos encaminhados para vagas, principalmente no setor econômico do comércio, para todos os níveis de escolaridade e faixa etária, sendo que teve um crescimento bem maior no percentual de homens encaminhados do que de mulheres.

Neste mesmo contexto de aumento dos encaminhamento para vagas, aconteceu a diminuição das vagas cadastradas pelas empresas, caindo pela metade de um ano para o outro, mais um efeito da crise econômica que estava se instaurando.

Também, pode-se observar, que aumentou a imposição de um nível de escolaridade maior para se candidatar a vaga, aliado a exigência de experiência comprovada em CTPS, agora requisitado muito mais, evidenciando que as vagas e o mercado de trabalho ficaram muito mais exigentes.

Quanto a admissão por parte da empresa de candidatos encaminhados pela Agência FGTAS/Sine de Lajeado para entrevista de emprego, aumentou em consideravelmente em 2015, apesar do decréscimo de vagas cadastradas comparado ao ano anterior.

A exigência do nível de escolaridade se manteve proporcional nas colocações feitas, tendo um aumento no percentual de contratação de pessoas do sexo masculino. A intermediação de mão-de-obra da agência de Lajeado aumentou praticamente em todas as áreas econômicas, exceto no setor de serviços, onde diminuiu quase pela metade, reflexo da queda acentuada nesta área.

Neste contexto de encaminhamentos para vagas estão os beneficiários que encaminham o Seguro Desemprego, pessoas que segundo a lei do Seguro desemprego, os obriga a fazer uma entrevista de emprego, caso esteja com seu perfil alinhado a vaga aberta disponível. Destes, podemos notar um baixíssimo percentual de encaminhados para vagas, comparando-se com o total requisitantes do Seguro.

Comparando-se o total de vagas abertas em 2014 com o número de encaminhados pelo Sine para estas, somente 11,83% foram preenchidas, diferente do anos de 2015, onde as vagas ofertadas caíram pela metade e foram preenchidas quase 30% destas por encaminhados da Agência.

Desta forma, houve um aumento pela procura das vagas, assim como na quantidade de colocações, apesar da diminuição da oferta de vagas de emprego na agencia diante do cenário de crise.

## 6. CONCLUSÃO

Na atualidade, é de suma importância observar as relações entre educação, o mercado de trabalho e a distribuição de renda, para que seja possível fazer uma análise e poder projetar melhor os projetos de investimentos públicos.

Para tanto, foram analisados os meios de proteção social e de auxílio a pessoa desempregada oferecidos pelo governo como políticas públicas, no sentido de averiguar a efetividade dos serviços prestados ao trabalhador, através da Agência do FGTAS/Sine de Lajeado, no período de 2014 à 2015, época de instauração de uma crise política econômica no país.

Neste sentido, foi visto que o Seguro Desemprego desempenha função de grande importância, provendo assistência financeira e temporária ao trabalhador demitido involuntariamente, atuando como mecanismo de geração de renda e de seguridade social no país.

Além do benefício do Seguro Desemprego, o trabalhador é direcionado à qualificação profissional através dos cursos do PRONATEC, além de ser encaminhado à reinserção no mercado de trabalho formal através de ações de intermediação de mão de obra.

Segundo IPEA (2016), assim como as transferências de seguro desemprego que asseguram um rendimento permitindo a subsistência do trabalhador, os serviços de intermediação e qualificação ocupacional dirigem-se principalmente ao trabalhador em situação de desemprego, involuntário e temporário, e possibilitam que ele consiga uma nova ocupação.

Isso é um incentivo a capacitação profissional e no encaminhamento para vagas dos trabalhadores desempregados na busca de melhores oportunidades de trabalho, visto que os serviços procuram colocar em contato o trabalhador com as empresas detentoras das vagas.

Pela análise feita, verificou-se um aumento pela procura das vagas, assim como na quantidade de colocações, apesar da diminuição da oferta de vagas de emprego na agência diante do cenário de crise.

Também é um serviço importante prestado pela agência o lançamento dos dados para confecção das Carteiras de Trabalho e Previdência Social, o qual é ferramenta fundamental para a formalização do emprego.

Então, pela presente pesquisa, pode-se ter uma base dos serviços oferecidos pelo órgão analisado e se são efetivos e ajudam o trabalhador, diante da problemática do desemprego vivido no país, visando auxiliar no planejamento e na implementação de melhorias nas atividades prestadas pela agência.

Portanto, podemos concluir que os serviços prestados pela Agência FGTAS/Sine Lajeado são efetivos e de grande importância para a comunidade regional do Vale do Taquari, principalmente em períodos de crise econômica e política instaurada neste período analisado.

## 7. REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.434 de 1991. **Autoriza a criação da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social.**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 34.155 de 1991. **Dispõe sobre procedimentos a serem observados pela Administração Pública Estadual na contratação de serviços contínuos que envolvam fornecimento de mão-de-obra, e dá outras providências.**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 34.322 de 1992. **Aprova o Estatuto da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS.**

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017.** Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

BERCOVICI, Gilberto. **Planejamento e Políticas Públicas: por uma nova compreensão do Estado.** 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995.** Revista do Serviço Público, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Uma Nova Gestão para um Novo Estado: Liberal, Social e Republicano.** RSP. 2001.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na Gestão Pública.** 2009.

Comitê de Datação do Ciclo Econômico – CODACE da Fundação Getúlio Vargas – FGV e Instituto Brasileiro de Economia – IBRE.

DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. **O déficit democrático da reforma gerencial da administração pública brasileira.**

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO. **Manual Emprega Brasil e Sine Fácil.** FGTAS/SINE-RS. Julho, 2018.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO. Manual Seguro Desemprego. FGTAS/SINE-RS. Novembro, 2017.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO. **Manual Intermediação de Mão de Obra – Conectando Trabalhadores e Empregadores.** FGTAS/SINE-RS. Julho, 2018.

FERES, Marcelo Machado. **A Bolsa-Formação do Pronatec.** Ministério da Educação (MEC), 2015.

HAMERMESH, D. S. (1992). **Unemployment Insurance for Developing Countries.** Washington, DC: World Bank, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 5ª Ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos.** Revista do Serviço Público, 2/1998.

MATOS, Francilene do Rosário de; LIMA, Lucinete Marques. **Pronatec como Expressão de Política Pública Brasileira: concepção, amplitude e reações.** UFMA. 2016.

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal e estipula as diretrizes para a Reforma Administrativa.**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto-Lei nº 2284 de 10 de março de 1986. **Mantém o Seguro-Desemprego.**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto-Lei nº 7998/90. **Regula o programa do Seguro-Desemprego.**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto-Lei n.º 926/69. **Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social.**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. **Altera o Decreto-Lei nº 200/1967.**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise nº 24.** Brasília: IPEA, 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: MARE, 1995.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera a Lei no 7.998 de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego.**

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os Problemas Contemporâneos.** 2009.

TEIXEIRA, Gibran da Silva. **ENSAIOS SOBRE SEGURO DESEMPREGO NO BRASIL: TEORIAS E EVIDÊNCIAS.** UFRGS, Porto Alegre, 2013.

VIEIRA, Almir Martins; CASTRO, Dagmar Silva Pinto de; OLIVEIRA, Roberto Joaquim de. **Metodologias Participativas para Construção de Políticas Públicas Integradas**. 2013.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. UFSC; CAPES: UAB, 2009.

ZIMMER, Roberto. **As relações entre educação, geração de renda e ocupações no estado do rio grande do sul**. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

Enciclopédia Livre Wikipedia.  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_economica\\_no\\_Brasil\\_desde\\_2014](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_economica_no_Brasil_desde_2014). Acesso em 02/05/2019.

Portal Emprega Brasil do Ministério do Trabalho. <http://maisemprego.mte.gov.br>.

Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador. <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/sistema-nacional-de-emprego-sine/>

Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. <http://trabalho.gov.br/seguro-desemprego>.